

REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Sandra Silva dos Santos

RESUMO

O presente artigo se desenvolveu através de pesquisas onde foram consultadas referências bibliográficas da área, Metodologia do Trabalho Científico, do autor Gilberto de Andrade Martins, à partir do viés qualitativo. Objetivando o crescimento do conhecimento e a interpretação sobre como se dá a evolução histórica da desigualdade. Verifica-se que o Estado tem um papel fundamental e um olhar crítico para os eventuais pontos de tensão da igualdade e desigualdade, visando controle para que a tomada de decisão resulte positivamente após análise de um processo complexo que se vai construindo por etapas sucessivas em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares e controlar a maior parte possível da vida social. Vale lançar atenção sobre as prováveis vias de articulação entre ambas, sobre os canais possíveis para a efetivação de uma prática que tenha como horizonte político a Emancipação Social.

Palavras-Chaves: Desigualdade Social. Conflitos. Emancipação Social.

ABSTRACT

The present article was developed through researches where bibliographical references of the area, Methodology of Scientific Work, of the author Gilberto de Andrade Martins were consulted, starting from the qualitative bias. Aiming at the growth of knowledge and the interpretation of how the historical evolution of inequality occurs. It is verified that the State has a fundamental role and a critical look at the possible points of tension of equality and inequality, aiming at control so that the decision-making results positively after analyzing a complex process that is being constructed by successive stages in a set of policies and processes that allow a relatively small number of particular interests and control as much of the social life as possible. It is worth mentioning the probable ways of articulation between both, on the possible channels for the implementation of a practice that has as political horizon the Social Emancipation.

Keywords: Social Inequality. Conflicts. Social Emancipation.

1. INTRODUÇÃO

Nossa sociedade é marcada por contradições, exemplo, a igualdade e desigualdade andam juntas. O Brasil é uma potência mundial, potência política, econômica, cultural e religiosa. E a social? Há muita desigualdade social, como exemplo pode-se citar disparidade nos salários entre homens e mulheres, brancos e negros e também no acesso à educação e à saúde. E referente ao bem estar social, mais do que direitos isolados, esse bem estar se integra num sistema, sob responsabilidade do Estado, há melhoria na renda, saúde, educação, transporte, esses benefícios se destinam a população em geral, visando uma maior igualdade. Resulta de um processo complexo que se vai construindo por etapas sucessivas, o que torna consistente o processo. O primeiro elemento da estrutura da tomada de decisão é a consciência da necessidade de decidir, que consiste na identificação

dos problemas, reflexão sobre eles e estudo de alternativas possíveis para a tomada de decisão. Quando essa consciência se dá no plano individual, a passagem da decisão para a ação se processa de forma autoritária, no qual se torna necessário obedecer sem muito questionamento. A tomada de consciência da necessidade de decidir e o posterior processo de decisão, quando feitos no coletivo, propiciam a riqueza de ideias, o debate, o confronto de argumentos, que se constroem no processo coletivo de consciência do problema em questão.

A construção coletiva se faz na participação, ou seja, quando se compreende e se incorpora que participar consiste em ajudar a construir o consenso da ação coletiva, e isso só é possível mediante o diálogo e o respeito, que podem ocorrer e permanecer até nos confrontos e nas divergências. Nota-se que de acordo com o fato de as classes sociais serem grupos amplos, em que a exploração econômica, opressão política e dominação cultural resultam da desigualdade econômica, do privilégio político e da discriminação cultural, respectivamente.

Tomando como referência a presente discussão, este artigo tem por objetivo ampliar o conhecimento sobre como se dá a evolução histórica da desigualdade. Verificar os processos por meio dos quais a gestão e a comunidade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que abrangem o ambiente onde vivem, permitindo o desenvolvimento consciência crítica, percebendo atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos que possam existir, e, que estes devem ser superados a fim de que o Estado cumpra melhor as suas reais finalidades, tomando por base o respeito mútuo, e tendo que haver um equilíbrio e controle para que a tomada de decisão resulte positivamente após analisar um processo complexo que se vai construindo por etapas sucessivas em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares e controlar a maior parte possível da vida social.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento da pesquisa referente este artigo, foi à partir do viés qualitativo. Para sua realização, foram consultadas referências bibliográficas da área, Metodologia do Trabalho Científico, do autor Gilberto de Andrade Martins (2007), objetivando o crescimento do conhecimento e a interpretação sobre como se dá a evolução histórica da desigualdade, como organizam e resolvem situações problemas. O Estado com olhar efetivo para as suas reais finalidades, tomando por base o respeito mútuo, e tendo a necessidade de haver um equilíbrio e controle para que a tomada de decisão resulte positivamente após analisar um processo complexo que se vai construindo por etapas sucessivas em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares e controlar a maior parte possível da vida social. A ordem e o conflito são resultados da interação entre os seres humanos.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Cultura

A geração emergente de estudiosos da cultura muitas vezes faz questão de se distanciar da anterior, e por boas razões (SMALL; HARDING, 2011). Os primeiros eram repetidamente acusados de "culpar as vítimas" por seus problemas, porque pareciam insinuar que as pessoas poderiam sair da pobreza se mudassem a sua cultura (RYAN, 1976). Como foi documentado por muitos, na época, o agitado ambiente político dissuadiu muitos estudiosos jovens de estudarem a cultura no contexto da pobreza. Até mesmo as pesquisas sobre a cultura com maior afinidade teórica, como a de ULF HANNERZ, 1969) ou a de CHARLES VALENTINE, 1968, que atraíram muitos seguidores, não conseguiram conter o êxodo. Na verdade, os cientistas só voltaram a levantar esse tipo de perguntas após a publicação de *The truly disadvantaged*, de WILSON, 1987; SMALL e NEWMAN, 2001. Esse interesse renovado tornou-se possível, em parte, pelo ressurgimento do interesse na cultura pelas ciências sociais.

Pesquisadores e outras pessoas interessadas em política devem se preocupar com a cultura por várias razões. Em primeiro lugar, ignorar a cultura pode levar a uma política ruim. O antropólogo HARRAGIN SIMON, 2004, por exemplo, examinou a implementação de políticas de ajuda alimentar no sul do Sudão para enfrentar a fome entre os Dinka, que começou em 1998. As organizações de ajuda criaram um programa específico destinado apenas àqueles com sinais de subnutrição avançada. As autoridades locais, no entanto, reorganizaram a ajuda internacional e passaram a redistribuí-la à população geral ao longo das linhas de parentesco por meio de seus chefes de família.

As pessoas que se preocupam com a política também devem se preocupar com a cultura, já que ela influencia os processos de decisão das elites políticas que acabam afetando os pobres. Entre as elites políticas incluímos os estudiosos, jornalistas e especialistas que discutem as políticas da pobreza, os ativistas, advogados, acadêmicos e profissionais que afirmam falar em nome dos pobres, e os legisladores, os empregadores e os líderes de organizações sem fins lucrativos que, de uma forma ou de outra, tomam decisões políticas que afetam as condições dos pobres. O discurso público sobre a pobreza e as políticas resultantes desse discurso são, eles próprios, produtos culturais, sujeitos aos caprichos, preferências, preconceitos, crenças, posturas e orientações das elites políticas.

3.2 Dos Conflitos Políticos

A questão da desigualdade e da redistribuição está no cerne dos conflitos políticos (PIKETTY, 2015). Esse conflito direita / esquerda mostra que as discordâncias quanto à forma concreta e adequação de uma ação pública de redistribuição não se devem necessariamente à princípios incompatíveis de justiça social, mas sobretudo a análises antagônicas dos mecanismos econômicos e sociais que produzem a desigualdade. Com efeito, há certo consenso a respeito de diversos princípios básicos de justiça social. Por exemplo, se a desigualdade se deve, ao

menos em parte, a fatores fora do controle dos indivíduos, como as desigualdades das dotações iniciais transmitidas pela família ou pela sorte, sobre as quais os indivíduos envolvidos não podem ser considerados responsáveis, então é justo o Estado buscar melhorar, da maneira mais eficaz possível, a vida das pessoas mais pobres, ou seja, daquelas que precisam enfrentar os fatores não controláveis mais adversos.

O exemplo do conflito direita/esquerda reflete acima de tudo a importância da oposição entre diferentes tipos de redistribuição e diferentes instrumentos de redistribuição. Na prática do conflito político contemporâneo, muitas vezes essa oposição entre redistribuição pura e redistribuição eficiente foi confundida com a oposição entre uma redistribuição de amplitude moderada e outra mais ambiciosa. O conflito direita/esquerda tradicional, no entanto, complicou-se ao longo do tempo, desde que a parte da esquerda passou a defender a adoção de uma renda mínima de cidadania concedida a todos, financiada pelos impostos e que não interfira diretamente no funcionamento do mercado. Diferente do imposto negativo apenas pelo grau de amplitude. Portanto, em geral a questão dos instrumentos de redistribuição não se confunde necessariamente com a questão de amplitude de redistribuição.

3.3 Sociedade do conhecimento

Nova economia (new economy) é uma expressão que vem sendo utilizada para referir à economia baseada no conhecimento (THEIS, 2013). Seu uso presume que o conhecimento é o principal fator de produção; que o sistema produtivo ficou mais flexível e o mercado, mais competitivo e globalizado; e que sua *vantagem* competitiva deriva da inovação. De fato, nova economia, que compete com expressões como economia do conhecimento e outras mais (como economia digital) para designar a base material da sociedade do conhecimento realmente existente, é uma criação não de analistas do avanço científico e tecnológico. É produto da fértil – mas, nada inocente – criatividade de jornalistas estadunidenses, disseminando-se, desde onde ganhou vida até as partes mais remotas do planeta, como a última grande novidade do capitalismo ocidental – como se o conhecimento fosse um ilustre desconhecido da velha economia.

Como se vê, todas as sociedades anteriores à atual foram, a seu modo, sociedades do conhecimento (MENO, 2001, p. 95). Logo, o ponto de partida é que o conhecimento ocupou um lugar central na reprodução material de todas as sociedades anteriores à atual. É inegável, contudo, que, desde o advento do capitalismo, o conhecimento vem tendo relevância crescente no processo de acumulação e na elevação progressiva de bem-estar – sobretudo, dos estratos mais abastados da população. No entanto, a expressão economia fundada no conhecimento surgiu faz poucos anos. Por isso, há quem entenda que aí se verifica uma descontinuidade em relação aos períodos precedentes (DAVID; FORAY, 2002) e, sobretudo, (MONTHLY REVIEW, 2001).

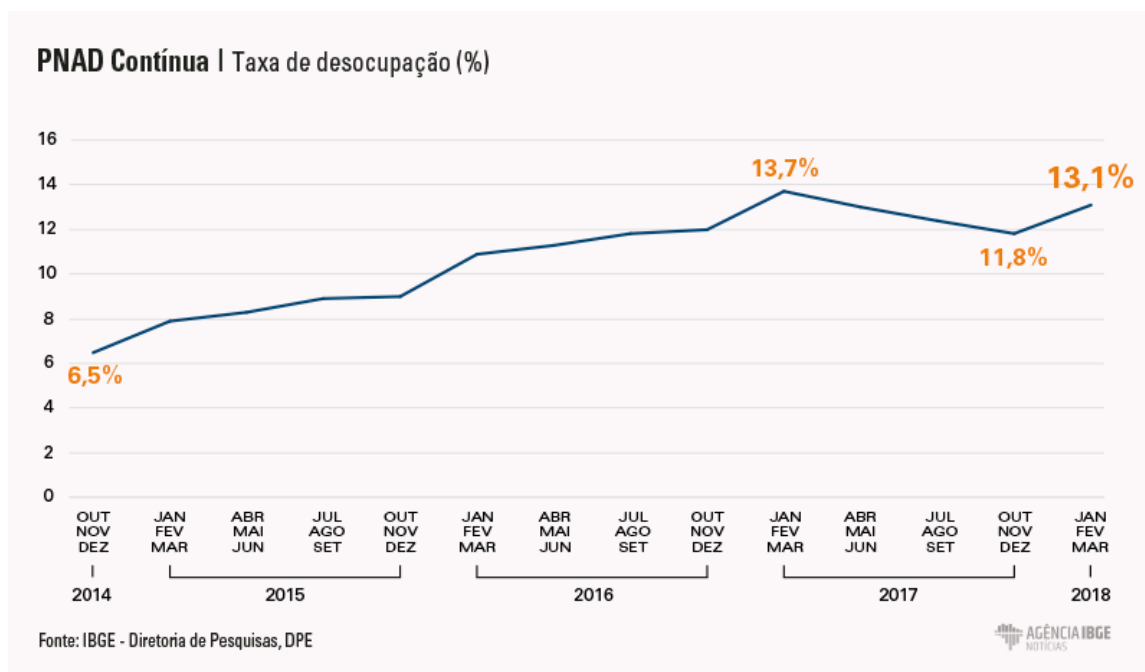
Tome-se o exemplo de um dos mais conhecidos e lidos consultores do mundo empresarial para aferir o que, desde essa perspectiva, se enxerga como a mais recente ruptura.

[...] hoje o recurso realmente controlador, o fator de produção absolutamente decisivo, não é o capital, a terra ou a mão-de-obra. É o conhecimento. Em vez de capitalistas e proletários, as classes da sociedade pós-capitalista são os trabalhadores do conhecimento e os trabalhadores em serviços (Drucker, 1999, p. 15).

Não deve surpreender que se confira relevância demasiada ao conhecimento, que se o alça à condição de fator de produção mais decisivo e, assim, responsável pelas mudanças na economia e na sociedade atuais. Porém, quantas micro e pequenas empresas, de quantas economias periféricas, têm acesso sem restrições a esse fator de produção absolutamente decisivo que é o conhecimento? O que, todavia, exige um mínimo de consideração é a afirmação de que a sociedade do conhecimento já seria uma sociedade pós-capitalista, na qual trabalho e capital, que vêm se antagonizando ao longo da formação e do desenvolvimento do capitalismo, teriam dado lugar a alegres e, possivelmente, bem remunerados operários do saber. Aqui bastaria considerar a evolução do desemprego de fins dos anos 1990 a fins dos anos 2000, inclusive, nas economias centrais, para se constatar que, antes de se tornarem trabalhadores do conhecimento, os desempregados, talvez, se contentassem em ter um emprego – qualquer que fosse.

A taxa de desocupação do trimestre encerrado em março de 2018 chegou a 13,1%, com aumento de 1,3 ponto percentual em relação ao último trimestre do ano passado (11,8%). O total de pessoas desocupadas também cresceu no período, passando de 12,3 milhões para 13,7 milhões. Houve um aumento de 11,2% nesse contingente, ou mais 1,4 milhões de desempregados no país. O confronto entre esses dois trimestres ainda revelou redução de 408 mil pessoas (- 1,2%) no total de empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada. Essas informações fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referente ao primeiro trimestre de 2018, divulgada hoje pelo IBGE. Segundo o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, nesse período do ano é de se esperar um aumento da desocupação, por causa da dispensa de trabalhadores temporários: “Teve um movimento sazonal atuando, mas houve uma dispensa expressiva de trabalhadores e isso, conseqüentemente, se reverteu em uma perda expressiva de postos de trabalho e no aumento de pessoas na fila da desocupação”.

De forma geral, ainda de acordo com o coordenador, houve queda do emprego em todas as formas de inserção no setor privado, tanto em postos com carteira assinada como nos sem carteira. Assim, no trimestre de janeiro a março, o contingente de pessoas ocupadas chegou a 90,6 milhões e ficou 1,7%, menor que o encontrado no trimestre anterior. Isso representou uma redução de 1,5 milhões de pessoas ocupadas. É importante destacar ainda a diminuição de postos de trabalho na Indústria (2,7%, ou menos 327 mil pessoas), Construção (5,6%, ou menos 389 mil pessoas) e Comércio (2,2%, ou menos 396 mil pessoas). “Esses grupamentos apresentaram quedas importantes, em especial na construção. Há várias obras e grandes investimentos imobiliários parados, o que impactou nesse resultado”, esclarece Cimar.



Não obstante, novos e maiores investimentos em conhecimento vêm ocorrendo, sobretudo, nas economias centrais. Os investimentos em conhecimento tendem a elevar a produtividade dos respectivos sistemas produtivos. E o aumento da produtividade (decorrente das inversões em conhecimento) tende a tornar esses sistemas produtivos mais competitivos na economia capitalista mundializada, de forma que os sistemas produtivos, sobretudo, nos países centrais, vêm se tornando mais competitivos em escala global, a partir de investimentos crescentes em certo tipo de conhecimento, a partir de relações privilegiadas com os subsistemas de CTI (ATKESON; KEHOE, 2007; STEINMUELLER, 2002).

Para lograr ressubordinar o trabalho – no contexto das novas formas de acumulação sobre as quais se apoia a sociedade do conhecimento realmente existente –, é preciso readequar os subsistemas de educação. Com efeito, pressupõe-se que o ingresso dos leigos nessa sociedade do conhecimento demanda uma readequação dos subsistemas de educação – incluindo desde o Ensino Fundamental até a Educação Superior, de fato desde a educação pré-escolar até o doutorado – às necessidades de produção, difusão e transferência de informação e conhecimento requeridos pelo sistema produtivo.

3.4 Histórico Social da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme Andriola (2014) surgiu no Brasil com a finalidade de atender a todas as pessoas que não tiveram a possibilidade de concluir seus estudos no período correto (UNESCO, 2009; TELES; DUARTE, 2009). Inicialmente, a Constituição Federal de 1988 trouxe alguns artigos acerca da EJA, como é o caso do artigo 205, que assevera que a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família, o que inclui os jovens e os adultos. Já o artigo 208 destaca que:

"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
 I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).
 VI – Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
 VII – Atendimento ao educando do ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde".

A Lei nº 9.396/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também traz alguns artigos, como o artigo 1º, no inciso II diz que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (VILLELA PEREIRA; DE LA FARE, 2011). A EJA é a modalidade educacional que já relaciona os conteúdos escolares com o trabalho exercido pelos educandos. No artigo 3º, inciso VII da LDB, faz-se referência à oferta de educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. Já o artigo 27 da LDB apresenta os conteúdos curriculares para a educação básica, incluindo a EJA, conforme abaixo especificado:

"Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:
 I – A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
 II – Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
 III – Orientação para o trabalho;
 IV – Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais."

A seção V da LDB é totalmente direcionada à EJA, o que revela substancial avanço e reconhecimento da relevância desta modalidade de ensino. O artigo 37 diz que a EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. No inciso I é destacado que as instituições de ensino deverão assegurar gratuitamente oportunidades educacionais que levem em consideração as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (SANTIAGO; BRITTO, 2006). No inciso II diz-se que o poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradoras e complementares entre si. Em 16 de Julho de 2008 surgiu a Lei nº 11.741 que complementou o artigo 37 ao destacar que a EJA deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

O artigo 38 da LDB menciona que os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. O inciso I acrescenta que os exames mencionados acima serão realizados quando da conclusão do ensino fundamental, para os alunos maiores de 15 anos. Já para os concludentes do Ensino Médio os referidos exames serão destinados aos maiores de 18 anos. O inciso II completa ao dizer que esses conhecimentos e habilidades adquiridos pelos

educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames formais.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) nº 1, de 5 de julho de 2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). No artigo 5º afirma-se que a EJA considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio. No artigo 6º diz-se que cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da EJA. Já o artigo 17 assevera que:

"A formação inicial e continuada de profissionais para a EJA terá como referências as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

- I – Ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;
- II -Investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;
- III – Desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;
- IV – Utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem."

Em relação à legislação de EJA Prisional, encontram-se apenas quatro artigos na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. O artigo 17 afirma que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. O artigo 18 diz que o ensino de primeiro grau (atual ensino fundamental) será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Observa-se também no artigo 19 que o ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. O artigo 20 assevera que as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. E por fim, no artigo 21 afirma-se que em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Apesar de todos esses avanços, consubstanciados pela legislação aqui destacada, ainda não há base legal específica para a EJA Prisional. Precisa-se lutar para que essa modalidade educacional (a EJA) venha a ter sua própria legislação através, por exemplo, do estabelecimento de fóruns de discussão, da execução de pesquisas científicas sob a égide das Instituições de Ensino Superior (IES), bem como de análises estatísticas sofisticadas dedados oriundos de bases já existentes no âmbito do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional Anísio Teixeira de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da própria Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC).

O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos¹O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal.

Pode-se considerar que a EJA é fruto de práticas coletivas de movimentos e organizações sociais, fruto de políticas governamentais, das autoritárias às democráticas, é a existência como continuidade da escolaridade e principalmente fruto das múltiplas faces da exclusão social. Esses movimentos proporcionaram a criação de escolas para o povo, com a elevação do nível cultural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa, nota-se na análise, que o bem estar social se integra num sistema, sob responsabilidade do Estado, existe a tentativa de proteção social, procurando-se a igualdade dentro do sistema capitalista, onde o conhecimento é o fator principal para que isso ocorra. As diferentes classes sociais, não têm as mesmas oportunidades práticas. A suposta igualdade beneficia uma classe e prejudica outra. Embora as regras valham para todos, alguns são beneficiados, pois suas condições práticas de acesso são maiores. A suposta igualdade maquia os problemas sociais. Pode-se considerar nossa sociedade como um sistema meritocrático, ou seja, significa a recompensa pelo esforço, é uma suposta tentativa de aumentar a igualdade entre as classes sociais, no entanto, esse sistema acaba camuflando as diferenças e legitima as desigualdades. Isso se explica na política, nas empresas, no ambiente de trabalho, nas escolas e universidades.

Porém, mesmo com uma gestão eficaz, não deixará de existir na sociedade, o conflito, pois, conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A ordem e o conflito são resultados da interação entre os seres humanos. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito. É necessário o olhar do governo sobre as famílias, devido, constituir uma variável importante nas interações que se processam e também na sociedade em geral. Assim, esses aspectos precisam ser mais bem compreendidos para que a redistribuição seja mais bem assimilada e possam se empreender parcerias no sentido de criar vínculos sociais e relações mais produtivas para o cidadão e as respectivas soluções de conflitos, resultantes da desigualdade social.

Aqui se advoga um olhar crítico para os eventuais pontos de tensão para a igualdade e desigualdade, vale lançar atenção sobre as prováveis vias de articulação entre ambas, sobre os canais possíveis para a efetivação de uma prática que tenha como horizonte político a Emancipação Social.

¹ <https://www.mec.gov.br/> Programa Brasil Alfabetizado (Acesso em 13.Set. 2018)

5. REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. “Avaliação diagnóstica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil”. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 82, março, 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato: **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo Editora Atlas, 2007.

MEC – Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <<https://www.mec.gov.br/ProgramaBrasilAlfabetizado>>. Acesso em 13/09/2018.

PIKETTY, Thomas. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Edição Digital, 2015.

SMALL, Mario Luis; HARDING, David J.; LAMONT, Michèle. “Reavaliando cultura e pobreza”. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 2, novembro, 2011.

THEIS, Ivo Marcos. “A Sociedade do Conhecimento realmente existente na perspectiva do desenvolvimento desigual”. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, n. 1, junho, 2013.